





As imagens incluídas nesta edição foram criadas a partir de fotografias de cicatrizes humanas. Capa e 1.ª página: decalque de cicatrizes nas costas do soldado Gordon, antigo escravo evadido do Mississípi e acolhido nas linhas de Baton Rouge, a 4 de Abril de 1863. Contracapa e cólofon: decalque da escarificação facial de um jovem do Chade. As marcas tribais têm sido proibidas por muitos governos africanos; a escarificação, além de marca tribal, desempenha um papel importante nos rituais de iniciação, enquanto prova de aptidão, resistência e virilidade.



**Judith
Butler**

**Corpos que
contam**

**Os Limites
Discursivos do «Sexo»**

Tradução
Nuno Quintas

**ORFEU
NEGRO**

A PUBLICAÇÃO DESTA OBRA BENEFICIOU DE UMA PARCERIA
COM HANGAR – CENTRO DE INVESTIGAÇÃO ARTÍSTICA



TÍTULO ORIGINAL

Bodies That Matter

AUTORA

Judith Butler

TRADUÇÃO

Nuno Quintas | oficinacaixaalta.pt

REVISÃO

João Berhan

CONCEPÇÃO GRÁFICA

Rui Silva

PAGINAÇÃO

Rita Lynce

IMPRESSÃO

Guide – Artes Gráficas

COPYRIGHT

© 1993, 2011 Routledge

© 2023 Orfeu Negro

Todos os direitos reservados. Tradução a partir da língua
inglesa, publicada por acordo com Routledge, afiliada
de Taylor & Francis Group LLC.

1.ª EDIÇÃO

Lisboa, Maio 2023

DL 514581/23

ISBN 978-989-9071-71-1

ORFEU NEGRO

Rua Silva Carvalho, n.º 152 – 2.º

1250-257 Lisboa | Portugal

www.orfeunegro.org



Prefácio

Comecei a escrever este livro para considerar a materialidade do corpo e descobri que a materialidade me levava invariavelmente a outros domínios. Tentei disciplinar-me e não me desviar do tema, mas não conseguia fixar os corpos como meros objectos do pensamento. Os corpos tendem a apontar para um mundo além deles, mas este movimento fora dos seus limites, que já em si delimita, parecia-me muitíssimo central para mostrar o que os corpos «são». Desviava-me sempre do tema. Resistia à disciplina. Comecei inevitavelmente por considerar que talvez esta resistência fosse essencial no tema de que me ocupava.

Na dúvida, ainda julguei que a hesitação pudesse ser a dificuldade vocacional de quem tem formação em filosofia, que se encontra sempre a certa distância das matérias corpóreas e procura, de maneira incorpórea, demarcar territórios corporais: perdemos inevitavelmente o corpo, ou pior, escrevemos contra o corpo. Por vezes esquecemos que «o» corpo ocorre em géneros. No entanto, talvez a dificuldade seja maior após uma geração de obras feministas que, com maior ou menor conseguinte, tentaram trazer o corpo feminino à escrita, tentaram escrever o feminino de maneira aproximada ou directa, por vezes sem nenhuma preposição ou marcador linguístico de distância entre escrita e escrito. Talvez baste aprender a ler estas traduções problemáticas, mas há quem entre nós ainda volte a saquear os proveitosos escombros do logos.



Teorizar sobre as ruínas do logos convida-nos a formular esta pergunta: «Então e a materialidade do corpo?» Na verdade, nos últimos tempos a pergunta tem-me sido feita várias vezes assim: «Então e a materialidade do corpo, *Judy*?» Assumi que o acrescento do diminutivo «*Judy*» me quisesse fazer sair da «*Judith*» mais formal e relembrar uma vida corporal que não podia teorizar à distância. Havia uma certa irritação neste diminutivo de remate, um paternalismo que me (re)constituía como criança rebelde a repreender, a trazer de volta ao ser corporal que se considera enfim mais real, premente e inegável. Talvez me tenha querido fazer regressar a uma feminilidade aparentemente esvaziada, constituída em meados dos anos 50, quando a figura de *Judy Garland* produziu sem querer uma sequência de «*Judys*» com posteriores apropriações e descaminhos impossíveis de prever. Quiçá alguém se tivesse esquecido de me ensinar «os factos da vida»? Andaria eu perdida nos devaneios da minha imaginação durante este debate vital? E, se insistisse na ideia de que os corpos são como que construídos, talvez considerasse mesmo que as palavras tinham só por si o poder de criar corpos na sua substância linguística?

Poderia alguém chamar-me à razão?

A situação piorou, talvez se tenha tornado até mais remota, com as questões levantadas pela performatividade do género, noção que apresentei na obra de 1990 *Problemas de Género* [Orfeu Negro, 2017]. Se quisesse defender que os géneros são performativos, poderia implicar que acordamos de manhã, miramos o guarda-roupa ou outro espaço para escolhermos o género que queremos, vestimos esse género de dia e à noite voltamos a arrumá-lo. Um sujeito tão consciente e instrumental, que decide o seu género, não é obviamente à partida do seu género, nem entende que a sua

existência já foi decidida *pelo género*. Uma teoria destas recuperaria decerto a figura de um sujeito decisor, humanista, no centro de um projecto que, na importância dada à construção, se parece opor bastante a essa ideia.

Todavia, se não existe um sujeito que decida o seu género e se, pelo contrário, o género é parte do que decide o sujeito, como poderíamos formular um projecto que mantenha as práticas do género como lugares de agência crítica? Se o género se constrói em relações de poder, e concretamente em restrições normativas que produzem e regulam os seres corporais, como poderia a agência derivar desta noção de género enquanto efeito de uma restrição produtiva? Se o género não é um artifício que pomos e tiramos a bel-prazer, logo, não decorre da escolha, como entender o estatuto constitutivo e obrigatório das normas de género sem cair na armadilha do determinismo cultural? Como entender a repetição ritualizada em que estas normas produzem e estabilizam os efeitos do género, bem como a materialidade do sexo? Poderia este repetir e rearticular levar ainda a uma reformulação crítica das normas aparentemente constitutivas do género?

Não é assim tão evidente dizer que a materialidade do sexo se constrói numa repetição ritualizada das normas. A ideia habitual de «construção» parece-nos um obstáculo ao entendimento desta afirmação. Não há dúvida de que os corpos vivem e morrem, comem e dormem, sentem dor e prazer, sofrem doença e violência; e, diríamos com ceticismo, não podemos rejeitar estes «factos» como mera construção. A par destas experiências primárias e irrefutáveis, tem de haver como que uma necessidade. E decerto existe. No entanto, a sua irrefutabilidade não implica de todo a possibilidade de as afirmar, e de as afirmar no discurso.

Ademais, porque se entende ser a construção algo de artificial e dispensável? E como compreender as construções sem as quais não conseguiríamos pensar, viver, dar sentido, e que se tornaram necessárias? Serão certas construções do corpo constitutivas por não sermos capazes de agir sem elas ou sem elas não existir um «eu», um «nós»? Pensar o corpo como construção exige repensar o significado da construção em si. Se determinadas construções parecem constitutivas, isto é, parecem ter esse carácter de ser aquilo «sem o qual» não poderíamos de todo pensar, poderíamos dizer que os corpos só aparecem, só resistem, só sofrem, só vivem nas restrições produtivas de determinados esquemas altamente reguladores do género.

Entendendo-se assim a construção como restrição constitutiva, ainda poderíamos formular esta dúvida crítica: como produzem estas restrições o domínio dos corpos inteligíveis e também um domínio de corpos impensáveis, abjectos, invivíveis? Este domínio não é o contrário daquele, pois as oposições são, afinal, parte da inteligibilidade; trata-se do domínio excluído e ilegível que assombra aquele domínio como espectro da sua própria impossibilidade, limite da inteligibilidade, seu exterior constitutivo. Como poderíamos mudar os termos que constituem o domínio «necessário» dos corpos tornando impensável e invivível outro domínio de corpos, os que não se materializam nem contam [*matter*]* da mesma maneira?

* O título original desta obra, *Bodies That Matter*, expressa um jogo de palavras em inglês, impossível de verter na língua portuguesa, que a autora vai declinar ao longo do texto. À letra, o nome *matter* pode significar tão-só «materia»; contudo, como verbo, pode também significar «materializar», bem como «ganhar significado», e ainda «contar», «ter importância». Dada a centralidade do termo *matter* no argumento, sempre que necessário, indicamo-lo na tradução entre parênteses rectos. (N.T.)

O discurso da «construção» de boa parte da teoria feminista talvez não seja aqui o mais adequado. Não basta dizer que não há nenhum «sexo» pré-discursivo que seja ponto de referência estável sobre o qual, ou em relação ao qual, procede a construção cultural do género. Defender que o sexo já tem género, que já é construído, não explica como se produz forçosamente a «materialidade» do sexo. Com que restrições se materializam os corpos como «sexuados», como entenderemos a «matéria» do sexo e, de maneira mais ampla, a dos corpos como repetida e violenta circunscrição da inteligibilidade cultural? Que corpos se materializam e contam [*matter*], e porquê?

Nesta obra, pretendo, pois, repensar em parte as questões levantadas nos *Problemas de Género* que provocaram desorientação, e reflectir sobre o funcionamento da hegemonia heterossexual no forjar de matérias sexuais e políticas. Este livro, como reformulação crítica de práticas teóricas distintas – entre elas os estudos feministas e *queer* –, não se quer programático. Ainda assim, enquanto tentativa de clarificar as minhas «intenções», parece destinado a gerar um novo conjunto de equívocos. Que ao menos sejam equívocos produtivos.